

DIRETORIA EXECUTIVA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Diretor Executivo : José Moreira Magalhães

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

Gerente: Paulo Roberto da Silva Coutinho

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2007 A ABRIL/2008

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 574, de 30 de agosto de 2007.

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	MAIO/2007 A ABRIL/2008	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.809.199.604,23	
Pessoal Ativo	1.296.282.689,75	
Pessoal Inativo e Pensionistas	499.400.960,04	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF) (1)	13.515.954,44	306.825,03
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	470.777.689,80	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	180.032.475,70	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	287.845.310,90	
Despesas de Caráter Indenizatório (3)	2.899.903,20	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.338.421.914,43	306.825,03
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		1.338.728.739,46
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		26.687.402.224,88
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		5,02
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%		1.577.225.471,49
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,6145%		1.498.364.197,92

FONTE: SIAFI/MG e RCL conforme informação da Secretaria de Estado da Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - As despesas com contratos de terceirização de mão-de-obra para substituição de servidores foram classificadas no Grupo 3 - Outras despesas Correntes, a saber:

3.3.90.34.01 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Cont. de Terceirização - R\$ 13.692.344,92

3.3.90.37.02 - Locação de Serviços de Apoio Administrativo - R\$ 130.434,55 (Fonte Gerencial DIRSEP/TJMG)

(2) - Contribuição para FUNFIP e FUNPEMG (segurado e patronal), consoante disposto no art. 19, §1º, inciso VI da LRF;

(3) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-11-99 - Ativos - Vencimentos/Outros- Indenizações de Férias - R\$ 1.603.667,50 ;

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 1.296.235,70.

Desembargador ORLANDO ADÃO CARVALHO, Presidente; Wandelúcia Ferreira de Almeida, Auditora em exercício; José Moreira Magalhães, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2007 A ABRIL/2008

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 574, de 30 de agosto de 2007.
 c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG.

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	MAIO/2007 A ABRIL/2008	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.809.199.604,23	
Pessoal Ativo	1.296.282.689,75	
Pessoal Inativo e Pensionistas	499.400.960,04	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF) (1)	13.515.954,44	306.825,03
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	600.110.934,29	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores (2)	97.810.071,05	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (3)	499.400.960,04	
Despesas de Caráter Indenizatório (4)	2.899.903,20	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.209.088.669,94	306.825,03
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		1.209.395.494,97

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	26.687.402.224,88
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	4,53
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%	1.577.225.471,49
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,6145%	1.498.364.197,92

Fonte: SIAFI/MG e RCL conforme informação da Secretaria de Estado da Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - As despesas com contratos de terceirização de mão-de-obra para substituição de servidores foram classificadas no Grupo 3 - Outras despesas Correntes, a saber:

3.3.90.34.01 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Cont. de Terceirização - R\$ 13.692.344,92

3.3.90.37.02 - Locação de Serviços de Apoio Administrativo - R\$ 130.434,55 (Fonte Gerencial DIRSEP/TJMG)

(2) - Despesa com Pessoal Ativo;

(3) - Consoante disposto nas Instruções TCMG nº 001 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64 de 25 de março de 2002 (art. 38, § 1º);

(4) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-11-99 - Ativos - Vencimentos/Outros- Indenizações de Férias - R\$ 1.603.667,50 ;

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 1.296.235,70.

Desembargador ORLANDO ADÃO CARVALHO, Presidente; Wanderlúcia Ferreira de Almeida, Auditora em exercício; José Moreira Magalhães, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.